
“À TUA DESCENDÊNCIA DAREI ESTA TERRA”

(Gn 12,7)

**CARTA PASTORAL DOS BISPOS
CATÓLICOS DE MOÇAMBIQUE**

**ÀS COMUNIDADES E FAMÍLIAS CRISTÃS
E ÀS PESSOAS DE BOA VONTADE**

Beira, 30 de Abril de 2017

“À TUA DESCENDÊNCIA DAREI ESTA TERRA”

(Gn 12,7)

CARTA PASTORAL DOS BISPOS CATÓLICOS DE MOÇAMBIQUE ÀS COMUNIDADES E FAMÍLIAS CRISTÃS E ÀS PESSOAS DE BOA VONTADE

Caríssimos irmãos e irmãs:

I. INTRODUÇÃO

1. Nós, Bispos Católicos de Moçambique, neste tempo especial de Páscoa, desejamos fazer chegar a nossa saudação a todas as comunidades e famílias cristãs e a todas as pessoas de boa vontade. A paz esteja convosco!

2. A terra em Moçambique está em agonia profunda! Chega até nós, cada dia, a preocupação e o desencanto de tantas comunidades cristãs e não cristãs que enfrentam conflitos de terra pondo em perigo a própria segurança alimentar e a estabilidade familiar e social.

3. Por outro lado, passados dois anos da publicação da Encíclica **Laudato Si** (=Louvado sejas) do Papa Francisco, sobre o cuidado da casa comum, queremos com esta carta pastoral concretizar alguns aspectos dessa mensagem no contexto do nosso País. Convidamos, por isso, de modo particular os cristãos católicos, a lerem e a reflectirem a referida Carta Encíclica individualmente ou em grupo.

4. A Encíclica **Laudato Si** faz parte da Doutrina Social da Igreja que, fundamentada na Sagrada Escritura, desde os primórdios da Igreja busca iluminar a realidade, os problemas e conflitos que surgem na convivência humana com vista a respeitar a dignidade do ser humano, criado à imagem e semelhança de Deus. Dela podemos tirar um grande proveito para a interpretação da actualidade moçambicana e para manifestarmos, na prática, o que significa o cuidado pela casa comum.

5. Esta releitura conduzir-nos-á a rever algumas das nossas atitudes para com os outros, para com a terra e, acima de tudo, para com Deus, Nosso Senhor. Por isso queremos apelar aos diferentes actores da nossa vida social, política, económica e religiosa a fim de que procuremos juntos, o melhor para o País e para os que nele habitamos.

6. Como anunciadores do Evangelho, deixamos desde já uma mensagem de

esperança alicerçada na realidade, na fé e no ideal de fraternidade. Como pastores da Igreja Católica, somos voz de muitos milhares de cidadãos moçambicanos. Como voz dos mais frágeis, faremos eco das suas justas aspirações e direitos. Como herdeiros da terra-mãe, comprometemo-nos na sua defesa, em nosso nome e em nome das gerações que nos seguirão.

II. A QUESTÃO DA TERRA

7. A Constituição da República de Moçambique de 2004 refere no seu art. 109º: “1. A terra é propriedade do Estado. 2. A terra não pode ser vendida, ou por qualquer outra forma alienada, nem hipotecada e penhorada. 3. Como meio universal de criação da riqueza e do bem-estar social, o uso e aproveitamento das terras é direito de todo o povo moçambicano”¹.

8. Hoje a situação interna e a conjuntura internacional decorrente do processo de busca de matérias-primas, fontes energéticas e campos de cultivo a preços mais baixos fazem com que a terra seja vendida aos olhos de toda a gente, incluindo das autoridades. Questionamo-nos se a terra funciona, de facto, como meio universal de criação de riqueza e de bem-estar e se o seu uso e aproveitamento constitui um direito exercido por todo o povo moçambicano. Esta questão agrava-se na ambição desmedida por terra para fins agrários, extração e processamento dos recursos minerais, agro-negócios, bio-combustíveis e a implementação de mega-projetos que, em muitos casos, não são claros nas suas reais intenções.

9. Estima-se que desde o ano 2000 até 2013, 56 milhões de hectares de terra africana foram vendidas ou entregues a estrangeiros. Isto faz-nos perceber que as empresas e os governos dos países industrializados estão a procurar em África a solução à crise energética e alimentar mundial dos seus próprios países e não necessariamente a procurar ajudar na resolução dos problemas dos africanos ou dos moçambicanos². Aliás, como muito bem advertiu o Papa Francisco, os países do hemisfério Norte deveriam começar por saldar a “dívida ecológica” para com os países do hemisfério sul³.

10. De todos os países africanos, o nosso país é um dos mais cobiçados pelas empresas e países estrangeiros nestes últimos anos. De facto, o investimento direto estrangeiro em Moçambique tem aumentado rapidamente nos últimos anos. De acordo com o Banco Nacional de Moçambique, em 2013, fomos o

¹ Todavia este princípio constitucional parte do art. 3.º da Lei n.º 19/1997 de 1 de Outubro (Lei de Terras).

² Cfr. Rodríguez Soto, J.C., “El saqueo de África” em Vida Nueva, n.º 2.757, 2011.

³ Cfr. LS, n.º 51.

terceiro maior destino de IDE (Investimento Direto Estrangeiro) em África⁴. Nos últimos anos Moçambique tem vendido ou entregue para projetos de agro-negócio 535.539 hectares a empresas estrangeiras⁵. Em 2007 foram identificadas em Moçambique cerca de 33 milhões de hectares (40% da superfície cultivável do país) como válidas para o cultivo de bio-combustíveis⁶. Em 2009 realizou-se uma iniciativa do Banco Mundial, a Nova Aliança para a Segurança Alimentar e Nutricional do G8, para abrir Moçambique a projetos de agro-negócio de grande escala. Ao abrigo da Nova Aliança, um acordo-quadro foi assinado com Moçambique. Esse acordo foi transformado em política pública nacional: o Plano Nacional de Investimentos do Sector Agrário (PNISA) que se tornou no instrumento que operacionaliza o desenvolvimento da agricultura em Moçambique⁷. Todavia devemos reflectir sobre o modelo de desenvolvimento que sustenta estas políticas, a sua autenticidade e justiça.

11. A terra em Moçambique está a tornar-se uma fonte de problemas, principalmente para as comunidades locais dependentes da terra para a sua sobrevivência, das quais 90% são ocupadas por prática costumeira, modelo de ocupação de terras reconhecida pela *Lei de Terras*⁸. O desconhecimento dos direitos e deveres está a forçar as comunidades locais a abandonarem as suas terras para favorecer os investidores público-privados. Tendo em vista a implementação destas políticas, muitos dos nossos irmãos camponeses são ‘convidados’ (e obrigados) a passar duma agricultura familiar para uma agricultura de contrato: “entreguem as terras a empresas estrangeiras que as podem rentabilizar mais e melhor e trabalharão como empregados das mesmas”. Repare-se que a tecnologia do agro-negócio não precisa de muita mão-de-obra pelo que a promessa de emprego aos agricultores funciona somente como mecanismo de aliciamento das famílias camponesas a ceder as suas parcelas de terra aos investidores, sem questionamento nem resistência. Por outro lado, o produto do agro-negócio não tem como finalidade abastecer a população local mas a exportação, pelo que o camponês fica sem terra, sem trabalho e sem comida que deverá depois comprar a preço de importação.

12. Em todas as províncias do País estão a surgir conflitos por causa da terra, seja com a chegada dos mega-projectos ou outras empresas e investimentos ligados a eles. A terra é um bem cobiçado que se torna raro para o moçambicano, tanto no meio rural como nas cidades. Apesar das lacunas que se pos-

⁴ Cfr. Banco de Moçambique, Relatório Anual 2013.

⁵ Cfr. GRAIN, “Os usurpadores de terras do corredor de Nacala”, Relatório 2015.

⁶ Cfr. The performance of EU-Africa Energy Partnership, apresentação realizada pelo ministro de Energia de Moçambique, International Business Roundtable, ‘Business Perspectives on the Africa-Europe Energy Partnership, 27-29 de Junho de 2007, Hamburgo.

⁷ Cfr. GRAIN “Os usurpadores de terras do corredor de Nacala”, Relatório 2015.

⁸ Cfr. art. 12.

sam encontrar na actual legislação sobre a terra, percebemos que ela prevê os mecanismos para que, na tomada de decisão sobre uma nova ocupação numa comunidade rural, sejam fixados os termos e condições que essa concessão/autorização deverá respeitar. A letra da lei não visa prejudicar os direitos e interesses das comunidades que vivem nesses locais, mas abrem “portas” para um desenvolvimento inclusivo e harmonioso entre o investidor e as comunidades locais, num processo em que ambos partilham responsabilidades e benefícios. Portanto, o problema resulta essencialmente da não aplicação da lei vigente por parte de quem tem esse dever.

13. Entretanto, é preciso capacitar os membros das comunidades de modo a saberem como usar as terras que ocupam e os recursos naturais aí existentes segundo as normas costumeiras que não contrariam a Constituição e demais legislação vigente. De facto, quem cuida melhor da terra são os próprios do lugar para quem a terra é mais do que um bem económico. Esperamos que a Assembleia da República, bem como outras instâncias legislativas, ao criar leis sobre a Terra, dificulte o seu acesso por parte de estrangeiros e empresas multinacionais e, ao contrário, beneficie as comunidades locais para que não sejam marginalizadas e empobrecidas, como tem acontecido.

14. Por outra parte, o modelo económico que vigora no País é cada vez mais capitalista–consumista. A economia neoliberal e a globalização impulsionam-nos a consumir cada vez mais produtos que até agora não precisávamos e que substituem os nossos tradicionais. Mais ainda: o consumo massivo significa produção massiva, e produção massiva significa esgotamento rápido de recursos naturais não renováveis. E mesmo aqueles que são renováveis necessitam de longos períodos para a sua recuperação. Este modelo de desenvolvimento não nos está ajudar a proteger e cuidar da terra, nossa casa comum. No dizer lapidar do Papa Francisco: “esta economia mata”⁹.

15. Não podemos esquecer, ainda que para os moçambicanos a terra pertence, tradicionalmente, a um antepassado. A relação que temos com a terra e com um lugar não se reduz a uma simples funcionalidade no uso e aproveitamento do mesmo: é uma relação vivencial, literalmente vital, porque nos une aos nossos antepassados, nos oferece uma história e nos enraíza a vida. A terra, o lugar, a natureza, é a garantia da vida de família e da comunidade. Pedir a uma família que deixe a sua terra é pedir-lhe que corte com a sua história e abandone os seus antepassados. Por outro lado, recordamos que 70% do nosso povo vive no meio rural, em contacto permanente com a natureza e a terra e delas dependendo para as suas necessidades vitais. Por isso, todas as leituras materialistas, consumistas e exploradoras da natureza em geral e, concretamente,

⁹ Cfr. Papa Francisco, *Evangelii Gaudium* (EG), n.º 53.

da terra ofendem a cultura e a tradição do nosso povo. A terra faz parte do patrimônio material e imaterial a que os moçambicanos se sentem interiormente vinculados.

16. O que está em causa no nosso país neste momento é a ausência de uma ecologia integral e de um modelo de desenvolvimento que respeite a integração de todos, particularmente dos mais frágeis. Por um lado, são diversos os gritos da natureza que não estamos a querer escutar: de onde provêm as secas prolongadas e as cheias destruidoras? De onde nasce a ausência de água potável em meios rurais e citadinos? Qual a origem de novas doenças respiratórias e cardíacas? Qual a relação entre a destruição das florestas e as alterações climáticas? Qual a relação entre a escassez de água e a subida do preço dos alimentos? Qual a ligação entre qualidade de vida nas cidades, o tipo de construção e ordenamento das casas, a organização do trânsito e a existência de zonas verdes? Qual a ligação entre usufruto da terra, mega-projetos e combate à pobreza absoluta? Qual o vínculo entre a diversidade da natureza e a descoberta de novos medicamentos? Desafiamos os investigadores das mais diversas áreas a formarem os cidadãos e cidadãs nestas e noutras perguntas e respostas.

17. Por outro lado, a conversão ecológica que tardamos em realizar, leva-nos a ignorar ou a menosprezar o clamor do povo e sobretudo o clamor dos pobres: “tanto a experiência comum da vida quotidiana como a investigação científica demonstram que os efeitos mais graves de todas as agressões ambientais recaem sobre as pessoas mais pobres”¹⁰. Na realidade, o elo mais fraco da cadeia da sobrevivência às agressões são os mais pobres: porque lhes falta a informação dos seus direitos; porque lhes falta a capacidade de se fazerem ouvir; porque lhes falta o poder económico para encontrarem soluções alternativas; porque ignoram a sua capacidade de mobilização; porque lhes faltam as lideranças que façam ouvir as suas vozes; porque lhes faltam meios de assistência e proteção.

18. Sintetiza o Papa Francisco: *“estas situações provocam os gemidos da irmã terra, que se unem aos gemidos dos abandonados do mundo, com um lamento que reclama de nós outro rumo. Nunca maltratámos e ferimos a nossa casa comum como nos últimos dois séculos (...) não dispomos ainda da cultura necessária para enfrentar esta crise e há necessidade de construir lideranças que tracem caminhos, procurando dar resposta às necessidades das gerações actuais, todos incluídos, sem prejudicar as gerações futuras. Torna-se indispensável criar um sistema normativo que inclua limites invioláveis e assegure a protecção dos ecossistemas, antes que as novas formas de poder derivadas do paradigma tecno-económico acabem por arrasá-los não só com a política, mas*

¹⁰ Cfr. Conferência Episcopal da Bolívia, Carta Pastoral “El universo, don de Dios para la vida” (2012), 17.

*também com a liberdade e a justiça*¹¹.

19. Em resumo, o problema da terra não é um problema isolado ou restrito ao aspecto económico. É um assunto social, cultural e religioso. Não podemos trabalhar pela paz sem cuidar da natureza e da justiça social. Não podemos habituar-nos a ver como se destrói o trabalho digno, se despejam famílias, se afastam os camponeses e se abusa da natureza. Por isso, como dizia o Papa Francisco no último encontro com os movimentos populares, é preciso colocarmos algumas tarefas imprescindíveis para uma alternativa humana frente à globalização da indiferença: 1º) pôr a economia ao serviço dos povos; 2º) construir a paz e a justiça; 3º) defender a Mãe Terra¹².

III. A PALAVRA DE DEUS ILUMINA A TERRA

20. A Bíblia ensina que a mais antiga promessa de Deus ao seu povo, através de Abraão, se resume desta forma: *“À tua descendência darei esta terra”*. Estas palavras ressoam no nosso coração: a terra não é nossa, é um presente, uma herança que recebemos e a melhor herança que deixaremos às próximas gerações. Alargando este sentido, a Bíblia lembra-nos que Deus fez o ser humano a partir da terra, insuflando nela o Seu Espírito de vida (Gn 2,7). É a participação no Espírito de Deus que nos faz “administradores” da terra com o direito e o dever de dominá-la bem como toda a criação (Gn 1,28). Como o Papa Francisco explica na carta encíclica ‘Louvado sejas’, isto não pode ser compreendido como direito a submeter, explorar e devastar a terra, mas sim como a responsabilidade de cultivá-la e cuidar. Cultivar e cuidar da criação supõe uma relação de reciprocidade responsável entre o ser humano e a natureza¹³.

21. E porque a terra não nos pertence mas é um presente de Deus, a terra não pode ser vendida; é inalienável. *“A terra não pode vender-se para sempre, porque a terra é minha e vocês estão na minha terra como hóspedes e estrangeiros”* (Lev 25,23). Daí a lei do ano sabático e, mais tarde, do ano Jubilar. Estas leis (de seis em seis ou de 50 em 50 anos) falam de liberdade de propriedades, perdão de dívidas e descanso da terra e animais.

22. Porque um povo escravo liberto não pode produzir escravos (Dt 15,15), nesses anos os escravos eram deixados em liberdade e as terras, acumuladas em poucas mãos, compradas para saldar dívidas, eram devolvidas aos seus donos e famílias originais. De 50 em 50 anos realizava-se uma espécie de Reforma Agrá-

¹¹ Cfr. Papa Francisco, LS, n.º 53.

¹² Cfr. Discurso do Papa Francisco aos participantes no III encontro mundial dos movimentos populares, Novembro de 2016.

¹³ Cfr. Papa Francisco, LS, n.º 66, 67.

ria na qual se distribuía de novo a terra de maneira equitativa entre pessoas livres. O dom da libertação e da terra prometida estão, portanto, intimamente ligados a uma praxe que deve regular, na justiça e na solidariedade, o desenvolvimento da sociedade israelita¹⁴, na qual nós, Povo de Deus, nos espelhamos.

23. A usurpação e o atropelo à dignidade humana assim como a indiferença perante situações de injustiça não são um fenómeno novo. Desde os tempos do início da monarquia em Israel, os reis, através do sistema das taxas, foram apropriando-se de todas as terras dos camponeses e podiam dar e receber terras como um presente ou nas negociações com outros reis e/ou guerras (2 Sam 24,24; 1 Rs 16,24). Esta nova visão mais mercantilista da terra, chocava com a consciência da terra ser um dom de Deus que deviam conservar para sempre.

24. Já anteriormente a história de José deixa perceber o que acontecia no Egito durante um período de fome (Gn 47,13-22). Primeiramente José vende comida por dinheiro. Depois, comida por gado e finalmente comida por terra. Assim, *“José comprou para o Faraó toda a terra do Egito, pois os egípcios vendiam os seus campos, obrigados pela fome”* (Gn 47,20).

25. Os profetas bíblicos destacaram-se por serem a consciência de Deus no meio do povo e denunciar, em nome de Deus, os abusos de poder. O profeta Elias denuncia o rei Acab quando este aceita matar o camponês Nabot para arrebatar-lhe a terra (1 Rs 21). A resposta de Nabot ao rei quando este lhe solicita a venda da sua terra: *“Pelo Senhor! Seria um sacrilégio ceder-te a herança dos meus pais”* (1 Rs 21,3), pode trazer-nos à memória o sofrimento de tantos irmãos a quem é tirada indiscriminadamente a terra.

26. O profeta Amós viveu sob o reinado de Jeroboão II, no Reino de Israel. Tempo próspero economicamente para alguns sectores, mas funesto para os pobres e, por conseguinte, para a fé em Deus: os mais poderosos apropriavam-se das terras dos pobres; crescia o poder económico, por causa da usura e a corrupção administrativo-judicial; os pequenos proprietários acabavam convertidos em assalariados na sua própria terra e mesmo escravos (Am 2,6). Nesse ambiente, Amós, em nome de Deus, junto aos camponeses, denunciou duramente o lucro dos comerciantes, que construíam *“casas de pedra talhada* (Am 5,11), recobertas de marfim e silhões com almofadas de Damasco (Am 3,12; 6,4); as suas mesas estão cheias de excelentes vinhos e deliciosos perfumes (Am 4,1; 6,6). E o pior, declara Amós, é que vivem assim sem ficarem minimamente preocupados com a ruína do povo (Am 6,6). Pelo contrário: eles são a causa da miséria do povo.

¹⁴ Cfr. Compêndio da Doutrina Social da Igreja n.º 23.

27. Isaías, no Reino do Sul (Judá) observou também como os dirigentes do povo quebravam a aliança provocando pobreza e miséria no povo. Após cantar o canto da vinha do amigo, o profeta lança uma série de admoestações onde o pecado do latifúndio aparece como o primeiro: *“Ai daqueles que ajuntam casa a casa e aproximam campo a campo, até que não haja mais lugar e habitem sozinhos no meio do país”* (Is 5,8).

28. O profeta Miquéias era camponês. Denunciou com duro realismo a usurpação de terras que estavam realizando os novos-ricos: *“Ai dos que planeiam iniquidade e tramam o mal nos seus leitões! Ao amanhecer praticam o mal, porque isto está em seu poder. Cobiçam os campos e roubam-nos, cobiçam casas e tomam-nas; oprimem o homem e a sua casa, o dono e a sua herança”* (Mq 2,1). Os profetas associam e identificam a usurpação de terras e o acumular de riquezas em poucas mãos com a idolatria e a ruptura da aliança: deixaram de ser o Seu povo, o Povo de Deus.

29. Ainda que no tempo de Jesus, a Palestina estivesse sob a dominação romana, o tema da terra não aparece como primeira preocupação nos evangelhos. Jesus fala e denuncia a relação da cobiça frente às coisas e o perigo das riquezas. Assim, quando alguém vem a Ele para solicitar a sua intervenção junto do irmão para que este partilhe a herança, Jesus não entra em questões pontuais, mas apresenta aquela parábola do rico insensato: *“E disse-lhes: Acautelai-vos e guardai-vos da avareza; porque a vida de qualquer pessoa não consiste na abundância do que possui. E propôs-lhe uma parábola, dizendo: A terra de um homem rico tinha produzido com abundância; E ele pensava consigo mesmo, dizendo: Que farei? Não tenho onde recolher os meus frutos. E disse: Farei isto: Derrubarei os meus celeiros, e edificarei outros maiores, e ali recolherei todos os meus produtos e os meus bens; E direi à minha alma: Alma, tens em depósito muitos bens para muitos anos; descansa, come, bebe e folga. Mas Deus disse-lhe: Louco! esta noite te pedirão a tua alma; e o que tens preparado, para quem será? Assim é aquele que para si junta tesouros, e não é rico para com Deus”* (Lc 12,13-21).

30. A pregação de Jesus, centrada no reino de Deus, vai dirigida à conversão teológica, não só moral, convidando a deixar de adorar os ídolos da riqueza, tanto material como espiritual, que divide a sociedade em ricos e pobres, bons e maus, para adorar o Pai de todos que nos faz irmãos e filhos livres, em Jesus. De facto, a experiência da primeira comunidade cristã era a partilha dos bens: vendiam suas propriedades e bens, e repartiam com todos, segundo a necessidade de cada um (Act 2,45; 4,34).

31. Esta mesma tradição é recolhida no Novo Testamento pelo Apóstolo São

Tiago, que presidiu a uma comunidade onde se acrescentavam as diferenças sociais entre uma minoria escandalosamente rica e uma maioria pobre. Acaso não somos todos irmãos? *“Vós, ricos chorai e gemei por causa das desgraças que sobre vós virão. As vossas riquezas estão podres e as roupas estão sendo devoradas pelas traças. O ouro e a prata enferrujaram e a ferrugem dará testemunho contra vós e vos roerá as carnes, como fogo. Entesourastes para os últimos dias. Eis que o salário dos trabalhadores, que vos colheram os campos, foi retido por vós! Ele grita e os gritos dos trabalhadores chegaram até os ouvidos do Senhor dos exércitos. Vivestes no luxo sobre a terra, entregastes-vos à devassidão, e engordastes o coração para o dia da matança. Condenastes, assassinastes o justo e ele não vos resistiu”* (Tg 5,1-6).

IV. A IGREJA CAMINHA NA TERRA - DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA

32. A terra é a nossa casa comum, e todos somos irmãos. Por isso, perante os problemas que surgem em torno à posse da terra, a Igreja não pode nem deve ficar à margem na luta pela justiça¹⁵. Desde sempre ela tem ficado atenta a este problema lembrando quais são as exigências da solidariedade humana assim como as convicções da Igreja. Os Padres da Igreja (primeiros escritores cristãos) eram claros nas suas pregações já em tempos imemoráveis. *“Não dás da tua fortuna - dizia Santo Ambrósio¹⁶ - ao seres generoso para com o pobre, tu dás daquilo que lhe pertence. Porque aquilo que te atribuis a ti foi dado em comum para uso de todos. A terra foi dada a todos e não apenas aos ricos”*. Desde sempre foi clara, na Igreja, a convicção de que Deus entregou os bens da terra para o benefício de todos e não de uns poucos.

33. O direito de propriedade (e a Igreja refere-se sempre, primeiro de tudo, ao direito da posse da terra¹⁷) nunca deve exercer-se em detrimento do bem comum. Por isso, em casos de conflito entre os direitos privados e adquiridos e as exigências comunitárias primordiais, deve se resolver com a participação activa das pessoas e dos grupos sociais¹⁸. Deus destinou a terra com tudo o que ela contém para uso de todos os homens e povos; de modo que os bens criados devem chegar equitativamente às mãos de todos, segundo a justiça, secundada pela caridade¹⁹.

34. A tradição da Igreja sempre defendeu o direito à propriedade privada, de

¹⁵ Cfr. Papa Francisco, EG, n.º 183.

¹⁶ Santo Ambrósio (337-397), Bispo de Milão e Padre da Igreja.

¹⁷ Cfr. Papa João Paulo II, Centesimus Annus (CA), n.º 6.

¹⁸ Cfr. Papa Paulo VI, Populorum Progressio (PP), n.º 23.

¹⁹ Cfr. Concílio Vaticano II, Gaudium et Spes (GS), n.º 69; Cfr. Laudato Si, n.º 93.

todos. Mas jamais reconheceu este direito como absoluto e intocável, independente das circunstâncias. A terra foi dada para todos e os frutos dela devem beneficiar a todos. O princípio da subordinação da propriedade privada ao destino universal dos bens e, conseqüentemente, o direito universal ao seu uso é uma «regra de ouro» do comportamento social e o «primeiro princípio de toda a ordem ético-social»²⁰.

35. Esta convicção do destino universal dos bens convida a cultivar uma visão da economia inspirada em valores morais que permitam nunca perder de vista nem a origem, nem a finalidade de tais bens, de modo a realizar um mundo equitativo e solidário, em que a formação da riqueza possa assumir uma função positiva²¹. Neste sentido é importante perceber que o acesso à terra está a ser vedado por um sistema económico, de relações comerciais e de propriedade estruturalmente perverso²² que coloca o lucro, o benefício das empresas acima do bem comum e do direito à terra das comunidades. Como lembra o Papa Francisco na sua carta: *“As economias de larga escala, especialmente no sector agrícola, acabam por forçar os pequenos agricultores a vender as suas terras ou a abandonar as suas culturas tradicionais”*²³. Em muitos lugares, na sequência da introdução do agro-negócio, constata-se uma concentração de terras produtivas nas mãos de poucos, devido ao progressivo desaparecimento de pequenos produtores, que, em consequência da perda das terras cultivadas, se viram obrigados a retirar-se da produção directa²⁴. Em consequência, muitos deles emigram para a cidade onde ficam a morar em condições miseráveis.

36. De maneira especial, o Papa chama a atenção sobre o respeito que se deve ter às próprias comunidades com as suas tradições agrícolas. *“Devem tornar-se os principais interlocutores, especialmente quando se avança com grandes projectos que afectam os seus espaços. Com efeito, para eles, a terra não é um bem económico, mas dom gratuito de Deus e dos antepassados que nela descansam, um espaço sagrado com o qual precisam de interagir para manter a sua identidade e os seus valores. Eles, quando permanecem nos seus territórios, são quem melhor os cuida. Em várias partes do mundo, porém, são objecto de pressões para que abandonem as suas terras e as deixem livres para projectos extractivos e agro-pecuários que não prestam atenção à degradação da natureza e da cultura”*²⁵.

²⁰ Cfr. Compêndio da Doutrina Social da Igreja (CDSI), n.º 174.

²¹ Cfr. Compêndio da Doutrina Social da Igreja (CDSI), n.º 174.

²² Cfr. Papa Francisco, LS, n.º 52.

²³ Cfr. Papa Francisco, LS, n.º 129.

²⁴ Cfr. Papa Francisco, LS, n.º 139.

²⁵ Cfr. Papa Francisco, LS, n.º 146.

V. A TERRA ESPERA POR NÓS

37. Deus confia e espera de nós a construção de um país no qual todos possamos viver como filhos e irmãos. É necessário voltar a sentir que necessitamos uns dos outros, que temos uma responsabilidade uns para com os outros e que vale a pena sermos honestos. Nós somos hoje a comunidade à qual S. Pedro convidava outrora a esperar, operativamente, por uma nova terra onde habite a justiça (2 Pd 3,13). Precisamos unir todos os sectores da sociedade na construção do país que queremos.

38. Para isso, precisamos traçar linhas de acção na nossa vida pessoal, social, económica e política que ajudem a fazer a nossa terra mais habitável e a nossa convivência mais fraterna.

39. Não devemos aceitar um modelo de desenvolvimento que privilegia o lucro individual em detrimento da dignidade do ser humano e dos direitos das comunidades. Percebamos que o desenvolvimento humano não se limita aos bens económicos, mas ao aperfeiçoamento pessoal e social de todos os membros da família humana.

40. Não devemos aceitar uma sociedade cuja economia está centrada na idolatria do dinheiro. Não colaborem com uma economia que mata. Procuremos consumir os produtos locais produzidos pelos nossos agricultores, pelos nossos vizinhos. Não devemos aceitar um modelo de vida consumista. Não devemos aceitar e assistir à destruição massiva das florestas, plantas e animais.

41. Cuidemos das relações com os nossos irmãos e com toda a criação. Aprendamos a respeitar, cuidar, proteger a vida em todas as suas fases e sentidos. Procuremos viver de maneira mais integrada e integral.

42. Eduquemos as novas gerações em valores e não somente em competências. Com efeito, podemos formar técnicos, engenheiros, médicos, podemos ser até políticos; se não conseguimos ter compaixão, empatia, solidariedade, se não cooperamos, se não temos o sentido de justiça, não conseguiremos ter olhos para aquilo que nos rodeia. Hoje, temos de reconhecer que uma verdadeira abordagem sobre a terra supõe uma abordagem social e económica, que deve integrar a justiça e a noção de desenvolvimento nos debates²⁶.

VI. A TERRA EXIGE A NOSSA CONVERSÃO

43. Apelamos a todos os cristãos: não fiquem cegos e surdos face à realidade

26 Cfr. Papa Francisco, LS, n.º 49.

social, política e económica do país, mas combatam o “salve-se quem puder” com uma atitude consciente de solidariedade humana e cristã. Em todas as Dioceses organizem-se cursos de formação sobre a Doutrina Social da Igreja para ajudar os leigos a responderem à sua missão. Se parecer oportuno, organizem-se associações de fiéis de uma determinada categoria profissional para se entre-ajudarem.

44. Apelamos aos sacerdotes, religiosos e religiosas que estão perto do povo e sabem do seu sofrimento e necessidades: tenham mais coragem para identificar situações de injustiça contra os camponeses e a actuarem em sua defesa porque é a fidelidade à nossa consagração ao Deus da Vida que está em causa.

45. Aos meios de comunicação social: que comuniquem com amor à verdade. Sede porta-vozes do povo e amplificadores das suas preocupações, e não deixeis que façam de vós poluidores do povo com meias verdades.

46. Aos investigadores das mais diversas áreas: debrucem-se sobre temas sociais, éticos, políticos, ecológicos e fundamentem com a verdade e profissionalismo a real situação. Ensinem-nos também a ler a realidade à luz da biologia, do empreendedorismo, da justiça, entre outros.

47. Aos educadores e estudantes: aprofundem os conhecimentos sobre o solo, a água, o ar, os seres vivos; celebrem publicamente os dias dedicados ao cuidado pela natureza; alertem para as causas e consequências das alterações climáticas; ensinem hábitos de higiene e de saúde pública; lutem contra todos os tipos de poluição; promovam acções a favor da limpeza das ruas, aldeias e bairros; lutem por uma educação que não seja só instrução, mas voltada para os valores e atitudes.

48. Ora, de maneira especial fazemos uma chamada de atenção aos leigos cristãos que trabalham no mundo da política: que as suas acções sejam de respeito à humanidade. Deste modo queremos lembrar as palavras do Papa dirigidas, de maneira especial a cada um de vós: *“a política é uma das formas mais altas da caridade pois que procura o bem comum”*²⁷. Portanto o vosso caminho para alcançar a santidade é a política. Exortamos que adorem o Senhor nesse serviço e não o partido ou uma qualquer ideologia, que é uma forma de idolatria. É vosso dever cristão formar-vos na Doutrina Social da Igreja para trabalhades com responsabilidade e ética, evitando qualquer tipo de corrupção nessa missão tão importante e delicada.

49. Do mesmo modo não podemos esquecer os empresários. A actividade em-

²⁷ Cfr. Papa Francisco, “Respostas do Papa Francisco às perguntas dos representantes das escolas dos jesuítas na Itália e na Albânia”. Vaticano, 7 de Junho de 2013.

presarial é uma nobre vocação orientada para produzir riqueza e melhorar o mundo; rogamos que coloquem no centro da vossa actividade o bem comum e não somente o lucro pessoal. É possível e necessário implementar uma economia do bem comum.

50. Em 2025 celebraremos os 50 anos da nossa independência. A melhor maneira de os celebrar poderia ser a de começar já uma efectiva Reforma Agrária para corrigir os impactos negativos que as políticas económicas agrárias actuais estão a causar nas comunidades rurais e em todo o País. Ainda mais, poderia ser uma reforma agrária e social que reconciliasse todos os moçambicanos como membros dum mesmo povo e Nação, libertados da opressão de colonizadores e que permitisse a distribuição equitativa das riquezas que Deus deu a Moçambique para o usufruto de todos.

51. Com efeito, não há duas crises separadas: uma ambiental e outra social; mas uma complexa crise sócio-ambiental²⁸. Desejamos poder celebrar os 50 anos de independência de Moçambique num ambiente de paz, fraternidade e harmonia social e ambiental. Por isso todos somos convidados a pôr, desde já, mãos à obra para criarmos as condições necessárias.

52. Finalizamos esta carta invocando Maria, nossa Mãe. Que ela, Mãe de Misericórdia, nos acolha sob o seu manto, olhe para nós e nos acompanhe pelo caminho para essa terra desejada por todos onde habita a justiça. Sob o olhar da Mãe, é possível que da terra árida floresçam plantas, flores e frutos e da aridez das nossas relações surja a concórdia e a paz.

Sobre cada um de vós estendemos a nossa bênção.

A paz esteja convosco!

Beira, 30 de Abril de 2017

D. Francisco Chimoio, Arcebispo de Maputo e Presidente da Conferência Episcopal de Moçambique

D. Hilário da Cruz Massinga, Bispo de Quelimane e Vice-presidente da Conferência Episcopal de Moçambique

D. João Carlos Hatoa Nunes, Bispo de Chimoio e Secretário Geral da CEM

D. Lúcio Andrice Muandula, Bispo de Xai-Xai e Vogal da CEM

²⁸ Cfr. Papa Francisco, LS, n.º 139.

- D. Cláudio Dalla Zuanna**, Arcebispo da Beira e Vogal da CEM
- D. Francisco Lerma Martinez**, Bispo de Gurué e Vogal da CEM
- D. Inácio Saure**, Arcebispo de Nampula
- D. Germano Grachane**, Bispo de Nacala
- D. Adriano Langa**, Bispo de Inhambane
- D. Luiz Fernando Lisboa**, Bispo de Pemba
- D. Atanásio Amisse Canira**, Bispo de Lichinga
- D. Ernesto Maguengue**, Bispo Auxiliar de Nampula
- D. Alberto Vera Aréjula**, Bispo Auxiliar de Xai-Xai
- Padre Giancarlo Sandro Faedi**, Administrador Apostólico de Tete

